

O Proletário

Uma Publicação Mensal de Proletários Marxistas



Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00 (um real) para o custeio da publicação do jornal.



Março de 2011 / edição nº 93

Estado pré-fascista e as diretrizes educacionais em SP.....	02
Os conflitos no Oriente Médio e Norte da África.....	06
A Líbia.....	07
Egito e a luta de classes.....	12
Las masas egípcias tiraron abajo a Mubarak.....	15
Bahrein.....	17

Estado pré-fascista e as diretrizes educacionais em SP



1. A Educação pública e a gestão pré-fascista combinada com a desastrosa incapacidade governamental da última década e meia.

O Governo Paulista tem implementado na mídia uma campanha que atribui aos professores a responsabilidade pela precariedade atual da educação. Esta campanha tem como pano de fundo jogar a comunidade escolar contra os professores, jogar um professor contra o outro, incentivar uma maior disputa entre eles na forma dos bons e maus professores para possibilitar as mudanças de precarização do ensino público, tirando a centralidade do professor e remetendo-a ao estudante.

A empreitada de precarização do ensino público rumo a sua privatização (como orientação dos organismos financeiros internacionais) não se realiza obedecendo as normas da democracia clássica. Não! A desregulamentação do trabalho imposto pelo neoliberalismo e do toyotismo como novo método científico de organização do trabalho, de cooptação dos sindicatos ou mesmo sua supressão, na transformação do operário em parceiro por melhores taxas de lucro e com isto, de melhor produtividade, pressupõem novos

valores na relação capital-trabalho e na forma de administração e gestão do Estado.

Na fábrica, são os próprios operários chamados a desempenhar um melhor disciplinamento do trabalho, da produtividade e da qualidade e, para isto, o operário de nosso tempo para os novos patrões, conectado com o mundo tecnológico e neoliberal, se realiza e satisfaz a demanda, como polivalente, ágil às mudanças do interesse das novas tecnologias e de competitividade do mercado e das taxas de lucro.

Aplicar a política neoliberal e o toyotismo na educação, aos moldes da linha de produção fabril, pressupõe a necessidade da negação do conhecimento histórico acumulado pela humanidade. Pressupõe, de fato, fazer ou tentar fazer realidade o fim da história de Francis Fukuyama, 1989/1992 ou os conflitos de civilizações e culturais em lugar dos conflitos da luta de classes de Samuel Huntington, 1993. A ideologia se apresenta ou apresentou na forma de transformá-la em vida real e este é o novo papel da educação oficial de nossos dias.

Na realidade, a constatação de Edgar Morin (2006), de que caminhamos para a barbárie, e as teses dos dois

autores acima citados se contradizem e se complementam: as duas primeiras levam a crer e pressupõem a imposição ideológica e prática de fazer-se realidade na vida real do fim das ideologias socialistas e da luta de classes (um idealismo sem precedentes). Já a segunda constatação de Morin, da caminhada para a barbárie, se reveste de obra de bom samaritano, uma vez que propõe reverter o processo em curso de barbarização da sociedade pela nova metodologia e conceitos da educação, entre outros, de uma educação cidadã. Ora, Morin está propondo nada mais, nada menos que reverter a barbárie advinda da economia, da base material da sociedade em que vivemos e da luta de classes por um novo acultramento, agregados de valores de uma nova humanização biológica do ser humano.

Nestas condições, converter a educação oficial em uma transcendental pitada de idealização, de novos valores, avessos à realidade objetiva, só se conseguirá com uma gestão draconiana e uma nova visão de Estado no tocante à gestão democrática. Como esta desenvoltura ainda não se encontra realizada e experimentada em um país oprimido com as dimensões de um Brasil, também é quase que normal que se apresente como incapacidade, incompetência e falta de planejamento.

Para se impor uma idealização por fora da realidade objetiva, do próprio bom senso e contra os valores históricos aculturados pela humanidade faz-se necessário, de fato, uma administração pré-fascista e os valores do toyotismo já bem refletem esta nova realidade a ser imposta.

Leon Trotsky, em 1938, no *Programa de Transição* define bem o papel do fascismo na história como um instrumento do capital financeiro e resultado da crise estrutural do modo de produção capitalista, uma crise da reprodução do capital, da impossibilidade de prosseguir a acumulação natural do capital, dado a concorrência no mercado mundial, salários, produtividade, acessos às matérias-primas. A função histórica da tomada do poder pelos fascistas consiste em modificar pela força e violência as condições de reprodução do capital em favor dos grupos decisivos do capitalismo monopolista. A democracia clássica se torna impotente na administração capitalista em fase adiantada de crise estrutural. As medidas que estão sendo introduzidas no Estado de São Paulo, na última década e meia, se constituem em dotar o Estado de medidas pré-fascistas, casando-as com os aspectos democráticos e de modernidade, razão pela quais as leis e a própria Constituição Federal vão caindo em desuso por força do poder midiático, do aumento da concorrência e disputas entre os professores, das resoluções, decretos e

orientações, enfim, da desregulamentação, precarização e disciplinamento próprio do exercício do professor e do ensino oficial público.

Uma das conseqüências da aplicação desta política se apresenta na divisão em categorias dos professores bem como na improvisação administrativa imposta. Vejamos:

Categoria dos Efetivos (Docentes concursados); entre estes, os em estado probatórios e os declarados efetivos;

Categoria "F" - Contratados até Lei Complementar nº 1.010, de 1º de junho de 2007, que passam, todos os anos, por uma prova para concorrer à atribuição de aulas;

Categoria "L" - que se encontravam admitidos após 1º de junho de 2007 até 17 de julho de 2009, em função da Lei Complementar 1.093, de 16 de julho de 2009, a qual prorrogou a contratação até o final do ano de 2011, sem que haja interrupção do mínimo de 200 dias;

Categoria "O" - contratados após a Lei Complementar 1.093 de 17 de julho de 2009, os quais ficam submetidos ao contrato temporário de 12 meses e uma quarentena de 200 dias letivos para que possam novamente fazer jus a um novo contrato por igual período. Há que se comentar que, em vista da falta de professores, apesar do governo mentir na mídia dizendo que tem dois professores por sala de aula, levou, no ano de 2010 à necessidade da contratação temporária de professores que não atingiram a nota de corte estipulada pelo decreto que regulamentou tal mecanismo avaliativo. Além desta façanha, no findar do governo que se encerrou em 31 de dezembro de 2010, foi enviado projeto de Lei à Assembléia Legislativa, flexibilizando a quarentena, mas até a presente data tal instrumento legislativo não fora aprovado.

O sintomático desta política pré-fascista é a relação com o Sindicato

A relação do Sindicato dos professores a APEOESP com esta política manifesta-se, sutilmente, na conciliação de classes e na "luta" parlamentar encampadas pela direção majoritária, o que leva, na prática à sua anulação como organismo de classe. O sintoma? Anulamento do sindicato.

A desmoralização dos professores como desqualificados, faltosos e preguiçosos remeteu ao Sindicato a defesa destes adjetivos.

Três pontos merecem uma análise: a questão do dissídio da categoria e o aumento salarial, as condições de trabalho, a saúde dos professores e os processos de atribuições de aulas.

Por mais que a Constituição Federal estabeleça a obrigatoriedade dos dissídios coletivos e das datas-

O PROLETÁRIO

bases e a Assembléia Legislativa de São Paulo ter aprovado, por várias oportunidades a data base, que, inicialmente era 1º, depois 15 de março e por fim, 1º de maio, nunca saiu do papel e o dissídio coletivo dos professores da rede pública do Estado de São Paulo, com efeito, até o momento nunca existiu. Nem ao menos os reajustes inflacionários a categoria tem recebido, como se justifica no gráfico 5 (perdas salariais) confeccionado pela APEOESP, CEPES e DIEESE que estabelece um reajuste necessário no salário de 1993 até 2008 de 280%.



Fonte: Cartaz campanha salarial APEOESP, CEPES, DIEESE - http://apeoespsub.org.br/dieese/campanha_salarial_cartaz.pdf

No lugar do dissídio coletivo, das datas-bases e das correções inflacionárias e dos aumentos salariais, os últimos governos têm implementado a política das gratificações, dos bônus e por derradeiro a proeza da Lei Complementar (PLC) 29/2009, hoje Lei Complementar nº 1097/2009, que criou o Programa de Valorização Pelo Mérito, ou seja: instituiu prova avaliativa com a finalidade da concessão de aumento salarial aos 20% dos professores da rede melhor avaliados.

Como forma de garantir minimamente os pagamentos de suas contas, os professores têm aumentado sua jornada de trabalho. No caso dos professores efetivos, estes podem ampliar sua jornada além das 64 horas semanais, pois a categoria pode acumular dois cargos públicos de professor ou técnico até 64 horas semanais e outro emprego na iniciativa privada. Já os não efetivos podem atingir uma jornada de até 40 horas semanal como professor da rede pública e um emprego qualquer na iniciativa privada. Nestas condições, o drama das condições de trabalho, saúde e qualidade do ensino só se agrava.

As condições de trabalho, mesmo com uma jornada de 20 horas, por exemplo, já se torna um tormento, uma vez que o ambiente de trabalho e as condições do ensino/aprendizagem com a aprovação automática, a centralidade do aluno e as salas superlotadas remete a uma situação de acentuado desrespeito e estresse.

As atribuições de aulas com as provinhas e provões deixam professores com anos de trabalho no desespero, uns deles subempregados, outros na rua.

Acabam vendo alunos da graduação passando na sua frente, escolhendo aula no seu lugar. Em muitos casos, temos professores às vésperas da aposentadoria, doentes e deparando-se, no fim da carreira, com o desemprego, humilhação e totalmente violentados. O Estatuto do idoso é mera formalidade, pois que em fim de carreira o professor fica desempregado, obrigando a uma aposentadoria precoce, quando possível, com proventos reduzidos e bem abaixo dos já miseráveis salários.

Com a situação do professorado e do ensino nestas condições, realmente não pode haver dissídio coletivo e o papel do Sindicato tem que ser totalmente descaracterizado.

Da precarização do ensino em si; da divisão da categoria, dos professores e dos instrumentos pré-fascistas.

1. A política das gratificações e do bônus-mérito versus campanha salarial;

2. Da prova mérito como instrumento de atribuição de aulas e de aumento salarial;

3. Da municipalização do ensino como instrumento de se livrar dos encargos financeiros e de divisão da categoria;

4. Das provinhas para atribuição de aulas e da complementaridade do concurso público seguido de curso como 3º fase e novas provas eliminatórias.

No último concurso realizado em 2010 concorreram às 10.083 vagas oferecidas 261.000

professores, destes foram chamados 12.044 para realização do curso, 3º fase do concurso, sendo que somente 9.304 passaram nesta 3º fase e foram nomeados, deixando de preencher 780 vagas. No Estado temos: 115.910 professores efetivos por concurso público, 102.627 não concursados, dados da própria Secretária de Educação de São Paulo. Toda uma falsa exigência nos ombros do professor para, enfim, submetê-lo a condições de extrema exploração (salário baixos e jornada que impede o contínuo aperfeiçoamento do professor e mesmo, a preparação das aulas. Sala de aula com 45 a 50 alunos, com o agravante da aprovação automática), condições totalmente impeditivas de ministrar aulas; uma barbárie, em que pese as exigências rígidas por parte do Estado para a comprovação de habilidade técnica do professor com as provinhas e provões;

5. Do fim da liberdade de cátedra e a obrigatoriedade de seguir os cadernos curriculares confeccionado pelo Estado.

6. Da gratificação diferenciada para gestores e a inclusão dos coordenadores pedagógicos como gestores, da superioridade, do controle e supervisão destes sobre os docentes, agravando e desrespeitando ainda mais a liberdade de cátedra, golpeando de vez o planejar e o avaliar coletivo, tendo em vista os Conselhos de Escola.

A legislação educacional conquistada ao longo do tempo, como o Estatuto do Magistério, Lei complementar Nº 444, de 27 de dezembro de 1985, e a própria Constituição Federal, são desrespeitadas por resoluções, decretos, comunicados e circulares. O Direito de greve é tratado como caso de polícia e ato indisciplinar grave. Não respeita a Constituição Federal quando impedem a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, dos dissídios coletivos.

A Constituição federal diz em seu Art. 9º: "É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender". E no Artigo 8º - VI: "é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho". Para a nova gestão que se implanta, aos moldes do *toyotismo*, é a total desregulamentação da legislação trabalhista (dos direitos dos trabalhadores) e a máxima regulamentação da gestão, dos instrumentos de propiciar competitividade, intrigas e da produtividade a qualquer custo que se impõem.

Um dos centros do Estado pré-fascista é a necessidade de reduzir este Estado no tocante ao bem estar social e expandi-lo na repressão, controle e de

instrumentos de administração e gestão. As medidas enumeradas acima, além da precarização das relações de trabalho, têm por objetivo a extensão das ações do Estado no tocante à organização, cooptação de parte dos professores, da juventude e da comunidade como instrumentos de pressão e de ação contra seus próprios companheiros. Tem como objetivo o disciplinamento e a desorganização independente da sociedade para a aplicação das diretrizes do grande capital.

2. O Estado pré-fascista e a necessidade de uma maior alienação da juventude

Um outro aspecto a estudar nas condições em que se encontra o ensino oficial do Estado de São Paulo é o caráter de alienação da juventude na sociedade do "conhecimento" e reforçado pelo ambiente de sala de aula.

Com uma centralidade em si mesma, com um falso conhecimento presente na própria sociedade em si, com a violência da sala de aula nas condições atuais, a revelação se torna surpreendente: criando uma situação propícia à negatividade do próprio estudo, da própria evolução dos saberes. Nesta negatividade, os valores de uma sociedade culta, que se diferencie do mundo animal em si, não se apresentam.

Transformou-se quase em senso comum qualificar o mau comportamento na escola, na sala de aula e na falta de dedicação ao estudo das crianças por causa da desagregação familiar. Talvez fosse interessante nos perguntar: a sociedade atual, as necessidades do grande capital com os entraves da manutenção das taxas de lucro desejam e lhes são mais interessante uma juventude altamente organizada, estudiosa da totalidade dos fenômenos que afeta a humanidade ou



dos aspectos que os tornem meros consumidores em potencial? Por acaso a desagregação familiar não é também resultado da decadência do modo de produção que vivemos?

No grau em que se encontra a necessidade do consumo, das novas tecnologias no potencial das disputas por melhores taxas de lucro e de uma alienação quase que total como "cidadão" eleitor na relação com "seus governos" dos serviços públicos, de fato a juventude ideal é aquela totalmente alienada, apoderada de uma alta suficiência, na barbárie. Assim, o pré-fascismo e a alienação se complementam em um todo único do devir do momento histórico da sociedade capitalista em que vivemos.

O grau da elevada crise estrutural capitalismo remete para a necessidade de um Estado que combine instrumentos de administração e gestão pré-fascista; aumento do grau de alienação, reforçando esta alienação com os objetos técnicos em demasiada exposição que, em si, já trazem os germes de uma leitura de mundo alienada, na visualização dos bens de

consumo. A corrida por melhores taxas de lucro, no uso das inovações tecnológicas de forma permanente, e mesmo de forma destrutiva, expõe a juventude e a sociedade a uma maior suscetibilidade para o consumo.

Parece-nos distante uma constatação que o capital financeiro mundial teorize e planeje um devir de sociedade para assegurar vida do capital na própria morte, mas não nos enganemos! A humanidade já deu provas de sua capacidade, e o grande desafio de nossa época é retomar o fio do prumo no sentido do estudo teórico e prático do produzir a vida em favor da própria vida e do desenvolvimento da humanidade. O devir teórico e prático dos estudos, das pesquisas e a vida prática no sentido do fim da exploração do homem pelo homem não se realizará sem que nos apoderemos dos conhecimentos históricos acumulados pela humanidade.

Viva a socialização dos meios de produção, que significa de fato a real socialização do conhecimento, da cultura, das artes e da retomada do desenvolvimento humano!

Os conflitos no Oriente Médio e Norte da África

Crises, revoltas, uma situação de chamada para o processo revolucionário, porém, sem o fator subjetivo que aponte para os objetivos históricos do proletariado moderno. Com a derrota dos ditadores ou na sua substituição destes pelas massas insurgentes as variantes burguesas continuaram a dominar o processo, uma alternativa proletária nestas condições seria uma exceção. Um bom combate e uma boa experiência para as massas, no entanto, sem riscos para o modo de produção capitalista. Com o agravamento da crise estrutural do modo de produção capitalista, a luta de classes agudiza-se, colocando na ordem do dia fabulosos movimentos de massa, essencialmente devido ao agravamento da miséria, consequência da exploração capitalista. Depois da França, Grécia, Bolívia, a onda da vez são os acontecimentos no Oriente Médio e vizinhanças: Tunísia, Egito, Bahrein, Líbia lêmen e outros. Os meios de comunicação burgueses falam em "crise do Oriente Médio"; os governantes imperialistas são claros diante dos fatos, apontando para saídas "democráticas" e pacíficas (não violência).

Milhares de oprimidos resistem nas ruas todos os dias, clamando por reformas e renúncias dos ditadores.

Organizações e Partidos reformistas e pequeno-burguesas (que reivindicam do marxismo) más estão metidos até a alma no oportunismo, no revisionismo, na democracia formal, nas frentes populares e na política de conciliação de classe, vêm nos acontecimentos, revoluções por todos os lugares, bem como, a tomada de poder pelas massas a exemplo do PSTU e FLTI. Na verdade, não poderiam concluir de outra forma. Deslumbram e enganam os trabalhadores nas ilusões movimentistas, idealismo, parlamentares e pacifistas, opondo e negando totalmente a necessidade da organização independente das massas, conformando-se nos organismos burocráticos, negando de fato a estratégia de revolução e ditadura do proletariado.

Neste artigo, trataremos sobre os últimos acontecimentos no Oriente Médio, particularmente na Líbia, Egito e Bahrein.

A Líbia

A Líbia, país do Norte da África, com uma área de 1.759.540 km², tem cerca de 6,5 milhões de habitantes, é limitado ao Norte pelo Mar Mediterrâneo e faz fronteira com o Egito e a Tunísia, entre outros. Sua capital administrativa é Trípoli (Surt, a capital legislativa e executiva). Seus principais recursos naturais são o gás, o gesso e o petróleo, que p o n d e p o r oximadamente 25% do PIB.



LÍBIA

Outros dados:

CULTURAIS E SOCIAIS:

Composição da População: árabes líbios (97%), turcos, berberes e outros (3%).

Idioma: árabe (oficial)

Religiões principais: islamismo (cerca de 96% da população)

IDH: 0,847 - elevado (2007)

ECONOMIA:

PIB (Produto Interno Bruto): US\$ 100 bilhões (2008)

Força de trabalho: 2,3 milhões (2007)

Moeda: dinar líbio.

Participa: da ONU (Organização das Nações Unidas), FMI (Fundo Monetário Internacional), Banco Mundial, UA (União Africana) e OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo).

História

Antigo assentamento de povos tão díspares quanto os fenícios, os romanos e os turcos, a Líbia recebeu seu nome dos colonos gregos, no século II antes da era cristã.

Durante grande parte de sua história, a Líbia foi povoada por árabes e nômades berberes, e somente na costa e nos oásis estabeleceram-se colônias. Fenícios e gregos chegaram ao país no século VII a.C. e estabeleceram colônias e cidades. Os fenícios fixaram-

se na Tripolitânia e os gregos na Cirenaica. Os cartagineses, herdeiros das colônias fenícias, fundaram na Tripolitânia uma província, e no século I a.C. o Império Romano se impôs em toda a região, deixando monumentos admiráveis (*Leptis Magna*).

A Líbia permaneceu como província romana até ser conquistada pelos vândalos em 455 d.C. Após ser reconquistada pelo Império bizantino, continuador do romano, a região passou a ser dominada pelos árabes em 643. Os árabes estenderam a área cultivada em direção ao interior do deserto do saara.

Durante pouco mais de três séculos, os berberes almôadas mantiveram o domínio sobre a região tripolitana, enquanto a Cirenaica esteve sob o controle egípcio.

Em 1551, Solimão I, o Magnífico, incorporou a região ao Império Otomano^[4], estabelecendo o poder central em Trípoli. A autoridade turca, entretanto, mal passava da região para além da costa.

Dois séculos mais tarde, o reinado da dinastia Karamanli, que dominou Trípoli durante 120 anos, contribuiu para assentar mais solidamente as regiões de Fezã, Cirenaica e Tripolitânia, e conquistou maior autonomia, sendo apenas nominalmente pertencente ao Império Otomano, a região servia de base para corsários, o que motivou intervenção norte-americana, a primeira Guerra Berbere ocorreu entre 1801 e 1805.

Em 1835, o Império Otomano restabeleceu o controle sobre a Líbia, embora a confraria muçulmana dos sanusis tenha conseguido, em meados do século, dominar os territórios da Cirenaica e de Fezã (interior do país).

Em 1911, sob o pretexto de defender seus colonos estabelecidos na Tripolitânia, a Itália declarou guerra ao Império Otomano e invadiu o país. Fato que iniciou a Guerra ítalo-turca. A seita puritana islâmica dos sanusis liderou a resistência, dificultando a penetração do Exército italiano no interior. A Turquia renunciou a seus direitos sobre a Líbia em favor da Itália no Tratado de Lausanne ou Tratado de Ouchy (1912). Em 1914 todo o país estava ocupado pelos italianos que, no entanto, como os turcos antes deles, nunca conseguiram afirmar sua autoridade plena sobre as tribos sanusi do interior do deserto.

Durante a Primeira Guerra Mundial, os líbios recuperaram o controle de quase todo o território, à exceção de alguns portos. Terminada a guerra, os italianos empreenderam a reconquista do país. Em 1939, a Líbia foi incorporada ao reino da Itália. A colonização não alterou a estrutura econômica do país, mas contribuiu para melhorar a infra-estrutura, como a rede de estradas e o fornecimento de água às cidades.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o território líbio foi cenário de combates decisivos. Entre 1940 e 1943 houve a campanha da Líbia entre o Afrikakorps do general alemão Rommel e as tropas inglesas. Findas as hostilidades, o Reino Unido encarregou-se do governo da Cirenaica e da Tripolitânia, e a França passou a administrar Fezã. Essas nações mantiveram a Líbia sob forte governo militar até que a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a independência do país no primeiro dia de 1952, data a partir da qual foi adotado o nome Reino Unido da Líbia. O líder religioso dos sanusis, o emir Sayyid Idris al-Sanusi, foi coroado rei com o nome de Idris I (1951-1969).

Depois de sua admissão na Liga Árabe, em 1953, a Líbia firmou acordos para a implantação de bases estrangeiras em seu território. Em 1954, houve a concessão de bases militares e aéreas aos norte-americanos. A influência econômica dos Estados Unidos e do Reino Unido, autorizados a manter tropas no país, tornou-se cada vez mais poderosa. A descoberta de jazidas de petróleo em 1959 constituiu no entanto fator decisivo para que o governo líbio exigisse a retirada das forças estrangeiras, o que provocou graves conflitos políticos com aquelas duas potências e com o Egito. Em 1961 tem início a exploração do petróleo.

A nova história da Líbia começou em 1969, quando um grupo de oficiais radicais islâmicos derrubou a monarquia e criou a Jamairia (República) Árabe Popular e Socialista da Líbia, muçulmana militarizada e de organização socialista. O Conselho da Revolução (órgão governamental do novo regime) era presidido pelo coronel Muammar al-Khadafi. O regime de Muammar Khadafi, chefe de Estado a partir de 1970, expulsou os efetivos militares estrangeiros e decretou a nacionalização das empresas, dos bancos e dos recursos petrolíferos do país.

Em 1972, a Líbia e o Egito uniram-se numa Confederação de Repúblicas Árabes, que se dissolveu em 1979. Em 1984, a Líbia e o Marrocos tentaram uma união formal, extinta em 1986.

Khadafi procurou desencadear uma revolução cultural, social e econômica que provocou graves tensões políticas com os Estados Unidos, Reino Unido e países árabes moderados (Egito, Sudão). Apoiado pelo partido único, a União Socialista Árabe, aproveitou-se da riqueza gerada pela exploração das grandes reservas de petróleo do país para construir seu poderio militar e interferir nos assuntos dos países vizinhos, como o Sudão e o Chade (Tchad). O Chade foi invadido pela Líbia em 1980.

Depois da Guerra do Yom Kippur, a Líbia levou seus parceiros árabes a não exportar petróleo para os Estados que apoiaram Israel. Opôs-se à iniciativa do presidente egípcio Anwar al-Sadat, de restabelecer a paz com Israel, e participou ativamente, junto com a Síria, da chamada "frente de resistência" em 1978. Seu apoio à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) se intensificou, e a cooperação com os palestinos se estendeu a outros grupos revolucionários de países não árabes, que receberam ajuda econômica líbia.

A rejeição a Israel, as manifestações anti-americanas e a aproximação com a União Soviética, por parte da Líbia, geraram sérios conflitos na década de 1980. As relações da Líbia com os Estados Unidos se deterioraram quando, em 1982, os Estados Unidos impuseram um embargo às importações de petróleo líbio. Em resposta a vários atentados contra soldados americanos na Europa e às acusações de que o governo líbio patrocinava ou estimulava o terrorismo internacional, o presidente Ronald Reagan ordenou, em abril de 1986, um bombardeio da aviação americana a





vários alvos militares em Trípoli e Bengazi, em que pereceram 130 pessoas. Kadhafi, que perdeu uma filha adotiva quando sua casa foi atingida, manteve-se como chefe político, mas sua imagem internacional deteriorou-se rapidamente.

Para tirar o país do isolamento diplomático, no início da década de 1990 o chefe líbio dispôs-se a melhorar o relacionamento com as potências ocidentais e com as nações vizinhas. Em 1989, a Líbia associou-se à União de Magreb, um acordo comercial dos Estados do norte da África. Em 1991, durante a Guerra do Golfo Pérsico, a Líbia adotou uma posição moderada, opondo-se tanto à invasão do Kuwait quanto ao posterior uso da força contra o Iraque. Apesar de sua neutralidade no conflito, a Líbia se manteve sob crescente isolamento internacional até meados da década. Em 1992 os Estados Unidos, o Reino Unido e a França, com a aprovação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, impuseram pesados embargos ao comércio e ao tráfego aéreo líbio, porque o governo se negava a extraditar os dois líbios suspeitos de terem colocado uma bomba num avião de passageiros norte-americano que explodiu sobre Lockerbie, na Escócia, em 1988, e matou 270 pessoas (Atentado de Lockerbie). Este tipo de sanção repetiu-se nos anos seguintes, mas Kadhafi desrespeitou o bloqueio aéreo militar viajando para Nigéria e Níger, bem como enviando peregrinos a Meca em aviões de bandeira líbia.

Em 1993 a Líbia rompeu relações com o Irã, reagindo contra o crescimento do fundamentalismo islâmico. Em 1994, os líbios retiraram-se do Chade. As relações de Kadhafi com os palestinos se deterioraram, à medida que estes se mostraram dispostos a negociar uma paz com Israel, e em setembro de 1995 o dirigente líbio anunciou a expulsão de 30 mil palestinos que trabalhavam na Líbia. A medida foi suspensa depois da deportação de 1500 pessoas, e em outubro de 1996

Kadhafi anunciou que estas seriam indenizadas. O regime líbio tem enfrentado uma crescente resistência de parte de grupos religiosos islâmicos, e em 1997 seis oficiais do exército foram fuzilados, acusados de espionagem. Tentando melhorar sua imagem internacional, Kadhafi admitiu a possibilidade de conceder a extradição dos dois agentes acusados do atentado de Lockerbie, desde que não sejam julgados nos EUA ou no Reino Unido.

A economia da Líbia depende, essencialmente da exploração de petróleo e gás. O país também abriga grandes empresas internacionais e detém investimentos importantes em outros países.

Em tempos normais, o país produz 1,6 milhão de barris de petróleo o que deixa a Líbia na 17ª posição do ranking mundial, mas a produção caiu 6% desde o início dos confrontos.

Ainda assim, o preço do petróleo está subindo. E o motivo disso é a crescente preocupação de que os conflitos possam se alastrar e chegar, principalmente, à Arábia Saudita maior exportador mundial de petróleo, que apesar de produzir o equivalente a 10% da demanda mundial, poderia rapidamente compensar a produção em caso de uma queda significativa da oferta em outras regiões do mundo.

Senhores como Hosni Mubarak, no Egito e Kadhafi, na Líbia, estiveram no poder durante décadas. E nunca se ouviu falar que eles eram ou são ditadores, que cometiam atos de violência contra civis. Só agora, vêm à tona essas figuras como ditadores. Por quê?

O motivo, claramente, diz respeito aos interesses econômicos imperialistas. Esses e outros governos, na região do Oriente Médio, foram e são constantemente apoiados por países como os EUA, Inglaterra, França, Alemanha e Rússia, entre outros. São ditadores, isto sim, para o povo oprimido, mas para a grande burguesia

internacional e seus negócios altamente lucrativos nesses países (Líbia, Egito, Bahrein, Iêmen) a história é outra.

Vejam alguns dados a seguir.

Comércio com a Alemanha

A maior parte do petróleo líbio, 85% exatamente, abastece o mercado europeu: a Itália recebe 22%, enquanto 8% são comprados pelos alemães. No ano passado, a Alemanha gastou 3 bilhões de euros em importação de petróleo e gás, e um bilhão de euros na importação de outros produtos líbios.

O país africano também não deixa de ser importante consumidor de produtos fabricados na Alemanha, que exporta mercadorias avaliadas em um bilhão de euros sobretudo máquinas para os setores de construção civil, agrícola e químico, além de automóveis e outros veículos. O Estado de Kadafi também compra produtos alimentícios, farmacêuticos e químicos produzidos na Alemanha.

Empresas estrangeiras

Há muitas empresas estrangeiras ativas na Líbia, devido às fortes relações econômicas com o exterior. No setor petrolífero, companhias como Wintershall subsidiária da alemã Basf, RWE-Dea, BP, Exxon Mobile, OMV, Shell e StatoilHydro atuam no país.

Para se ter uma ideia do grau de abrangência, veja-se o caso da RWE Dea AG. É uma empresa internacional de petróleo e gás sediada em Hamburgo, Alemanha. É uma subsidiária da RWE. A RWE Dea possui instalações de produção na Alemanha, o Reino Unido, Noruega, Dinamarca e Egito, e também detém licenças de exploração na Argélia, Irlanda, Líbia, Mauritânia, Marrocos, Polónia, e Turquemenistão. A empresa também opera com gás natural, instalações de armazenamento subterrâneo na Alemanha. (Fonte: Wikipédia)

Mas há a italiana Eni, que compõe o maior consórcio estrangeiro na Líbia. Herança dos tempos de dominação da Itália na Líbia, que durou de 1911 a 1952. A Itália causou à Líbia o mesmo que os EUA estão causando ao Iraque e ao Afeganistão: miséria e mais exploração.

Existem entre 30 a 40 empresas alemãs atuando na Líbia, principalmente no setor de energia, construção civil e infraestrutura, alimentos e medicina. Fazem parte da lista grandes empresas como Siemens, Ferrostahl e Bilfinger Berger.

Em 2008, a Rússia perdoou uma dívida de 4 bilhões e seiscentos milhões de dólares, em troca de novos contratos importantes para as empresas russas. O mais importante dos contratos é a construção de uma via ferroviária entre Bengasi e Sirte, projeto que se estima em 2,2 bilhões de euros, executado pela estatal russa RZD: o monopólio no setor de construção de ferrovias. Há, ainda, no País, a Companhia Gasprom,

que atua na produção de gás. É a maior empresa da Rússia e é a maior exportadora de gás natural do mundo.

A França não fica para trás. A petrolífera Total ocupa nada menos que o 5º lugar na produção de gás e óleo no mundo. Atua em cerca de 130 países.

Investimentos líbios no exterior

A exploração de petróleo trouxe uma imensa riqueza para a Líbia, que é ex-colônia da Itália, embora a população se beneficie muito pouco desse dinheiro. Kadafi, por meio da Autoridade de Investimento da Líbia (LIA, na sigla em inglês), mantém muitos investimentos no exterior.

Os investimentos da LIA são fortes na Itália, estimulados também pela amizade especial entre o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, e Muammar Kadafi. O fundo estatal líbio, juntamente com o Banco Central líbio, detém 7,5% do banco milanês UniCredit sendo o maior acionista estrangeiro.

A LIA possui ainda 2% do consórcio italiano de aviação e armamento Finmeccanica, além de 7,5% do clube italiano Juventus. Segundo a imprensa, 2% da fabricante Fiat também estariam nas mãos do fundo líbio.

No ano passado (2010), Kadafi comprou, por 224 milhões de libras esterlinas, 3% da Pearson, empresa britânica de comunicação da qual faz parte o jornal *Financial Times*.

Em dezembro, a LIA adquiriu 5% do fundo imobiliário turco Emlak Konut, por meio de oferta pública na bolsa de valores. Há investimentos também na Rússia: 3% do consórcio de alumínio UC Rusal estão nas mãos da Líbia.

Brasil

Já entre Brasil e Líbia, as trocas comerciais só cresceram nos últimos dez anos. Em 2000, o mercado líbio comprou 45,7 milhões de dólares em produtos brasileiros; já em 2010 esse valor saltou para 456 milhões de dólares, um aumento de cerca 900%. Nesse mesmo ano, o Brasil registrou saldo positivo de 355 milhões de dólares na balança comercial com os líbios. Os principais produtos importados pelo país de Kadafi são trigo, a carne bovina e buteno. E o Brasil compra da Líbia principalmente óleos brutos de petróleo.

A gama de consórcios e empresas atuando na Líbia e Oriente Médio é realmente bem ampla, desde os EUA à Europa e Rússia, o que prova que qualquer medida que os imperialistas possam tomar com relação à crise nesse País acirrará ainda mais as disputas interburguesas. Por isso, tanto os EUA como a União Europeia parecem concordar com o que chamam de uma solução democrática para os conflitos. Uma intervenção militar por parte dos EUA ou da Europa não faria bem aos negócios, nem de uma parte, nem de

outra.

Acrise recente no País

Em fevereiro de 2011, embaladas pelos protestos na Tunísia e várias nações árabes, manifestações contra o governo de Muammar Kadafi provocaram a morte de dezenas de civis. O estopim deve-se aos protestos pela prisão de Fathi Terbil (este, advogado e ativista dos direitos humanos).

O movimento se transformou numa revolta geral. O governo da Líbia enfrenta forças rebeldes compostas por voluntários civis, armados com fuzis AK-47 e peças de artilharia recolhidas nas bases do Exército (nos primeiros dias do levante, que teve início em 15/02/11). A maioria é de civis poucos militares; não há um comando centralizado.

Mas Kadafi parece estar bem preparado: forças leais, que vão desde soldados de elite a civis armados (partidários do governo), além de milicianos de bandana na cabeça (agentes burgueses mercenários).

O objetivo dos rebeldes é tomar a capital, Trípoli, e, para não correr riscos, kadafi mantém suas forças (32ª Brigada) em postos de controle dentro e nos arredores da capital. Das 3 unidades de proteção ao Regime, a mais bem treinada é a 32ª Brigada. Constituem as brigadas de elite de Kadafi, as Kataeb, como são chamadas.

As principais cidades onde os rebeldes tiveram ou ainda detêm algum controle são Benghazi, Misrata, Ras Lanuf, Zawiya, entre outros. Porém, o fato é que os rebeldes, carentes de treinamento militar e de armas possantes, estão perdendo posições a cada dia. Há muita informação desencontrada, de acordo com os relatos da imprensa. Uma delas é de que os rebeldes estariam tendo ajuda com armas e suprimentos, além de pequenas equipes de operações especiais para assistência, como foi feito no Afeganistão a fim de derrubar o Taleban. Os EUA têm cogitado uma zona de exclusão aérea, cuja intenção seria impedir ataques dos aviões de Kadafi a civis.

O Governo líbio retoma, dia após dia, cidades que estavam sob o controle dos rebeldes (a Leste do País), prova de que as revoltas estão sendo brutalmente sufocadas, perdendo força.

Conclusões

Vários são os interesses imperialistas na Líbia, relacionados principalmente ao petróleo. Não é que a burguesia imperialista hesita em tomar medidas de intervencionismo militar. Na verdade, não é hesitação; é cautela. Ações militares naquela região poderiam trazer problemas aos imperialistas, que não querem comprometer seus investimentos. Além disso, uma nova guerra poderia favorecer, em certa medida, a retomada do controle muçulmano na Líbia e região, o que o

imperialismo não quer. Por isso, ao que parece, já há um acordo implícito entre as grandes potências, apontando para uma saída mais confiável para os conflitos.

De fato, Muammar Kadafi vem sistematicamente retomando o controle sobre as principais cidades ocupadas pelos rebeldes, com exceção de Misrata. Esta medida, provavelmente, levará a uma espécie de transição do regime de Kadafi, rumo à "democratização", como quer a grande burguesia mundial e, sendo assim, o ditador Kadafi sairá ileso, como aconteceu com Mubarak no Egito.

Quem é a Oposição na Líbia?

Faz parte da oposição pessoas que realmente sofrem injustiças e grupos financiados e armados pela CIA, que inclusive possuem escritório em Washington.

Há o grupo de oposição chamado Frente Nacional para a Salvação da Líbia (FNLSL), fundada em 1981, e conhecida por ser uma organização financiada pela CIA, com escritórios em Washington, nos EUA. A FNLSL tem mantido no Egito, junto à fronteira, uma força militar chamada Exército Nacional Líbio.

Também é muito citada a National Conference for the Libyan Opposition. Trata-se de uma coligação constituída pela FNLSL, que também inclui a Libyan Constitutional Union, dirigida por Muhammad as-Senussi, um aspirante ao trono líbio. O site da LCU apela-se para que o povo líbio reitere um juramento de lealdade ao rei Idris El-Senusi como seu líder histórico. A bandeira utilizada pela coligação é a do antigo reino da Líbia.

É claro que estas forças financiadas pela CIA e antigos monárquicos são política e socialmente diferentes da juventude e trabalhadores privados de direitos que marcharam aos milhões contra ditadores apoiados pelos EUA no Egito e na Tunísia e estão hoje a manifestar-se no Bahrain, Iémen e Oman.

A ala militar da FNLSL, utilizando armas contrabandeadas, rapidamente tomou postos policiais e militares na cidade portuária de Benghazi e áreas vizinhas que estão a norte dos mais ricos campos de petróleo da Líbia e onde se localiza a maior parte dos oleodutos, gasodutos, refinarias e terminal portuário de gás natural liquefeito.



Egito e a luta de classes

O Egito foi um dos berços da civilização sua história remete por volta dos 5000 anos antes de nossa era, bem antes do surgimento da escrita.

Durante o Paleolítico, o clima do Egito sofreu uma alteração, passando de um clima úmido e equatorial para um clima seco. O processo de desertificação da região que é hoje o Saara, concentrou a população no vale do rio Nilo.

O Paleolítico (*pedra antiga*), também conhecido como Idade da Pedra Lascada, refere-se ao período pré-histórico que vai de cerca de 2,5 milhões a.C., quando os ancestrais do homem começaram a produzir os primeiros artefatos em pedra lascada, até cerca de 10000 a.C.

Com uma área de cerca de 1 001 450 km², o Egito limita a oeste com a Líbia, a sul com o Sudão e a leste com a Faixa de Gaza e Israel. O litoral norte é banhado pelo mar Mediterrâneo e o litoral oriental pelo mar Vermelho. A península do Sinai é banhada pelos golfos de Suez e de Acaba. A sua capital é a cidade do Cairo.

Em 1100 a.C., o Egito se dividiu em regiões autônomas. Posteriormente, os egípcios foram conquistados pelos assírios (662 a.C.), pelos persas (525 a.C.), pelos gregos (332 a.C.), pelos romanos, árabes, franceses e britânicos, até se tornar independente em 1922.

Apesar de berço da civilização, seu desenvolvimento se deu sob o signo da exploração imperialista, pelos franceses, ingleses e americanos.

Na atualidade o Egito é um dos países mais populosos de África. A grande maioria da população, estimada em 80 milhões de habitantes (2007), vive nas margens do rio Nilo, praticamente a única área não desértica do país, com cerca de 40 000 km². 84% da população são islâmicos.

O Egito, como parte do continente africano, carrega a particularidade da localização estratégica, o canal de Suez; cerca de 1% da produção mundial de petróleo passa pelo canal, ou por meio de navios petroleiros ou oleodutos. Aproximadamente 35 mil embarcações por ano atravessam o canal, que é uma das mais importantes rotas para transporte de carga em todo o mundo. Um possível fechamento obrigaria navios que viajam entre a Ásia e a Europa a contornar o Cabo da Boa Esperança, o que acrescentaria 9.656 quilômetros à jornada.

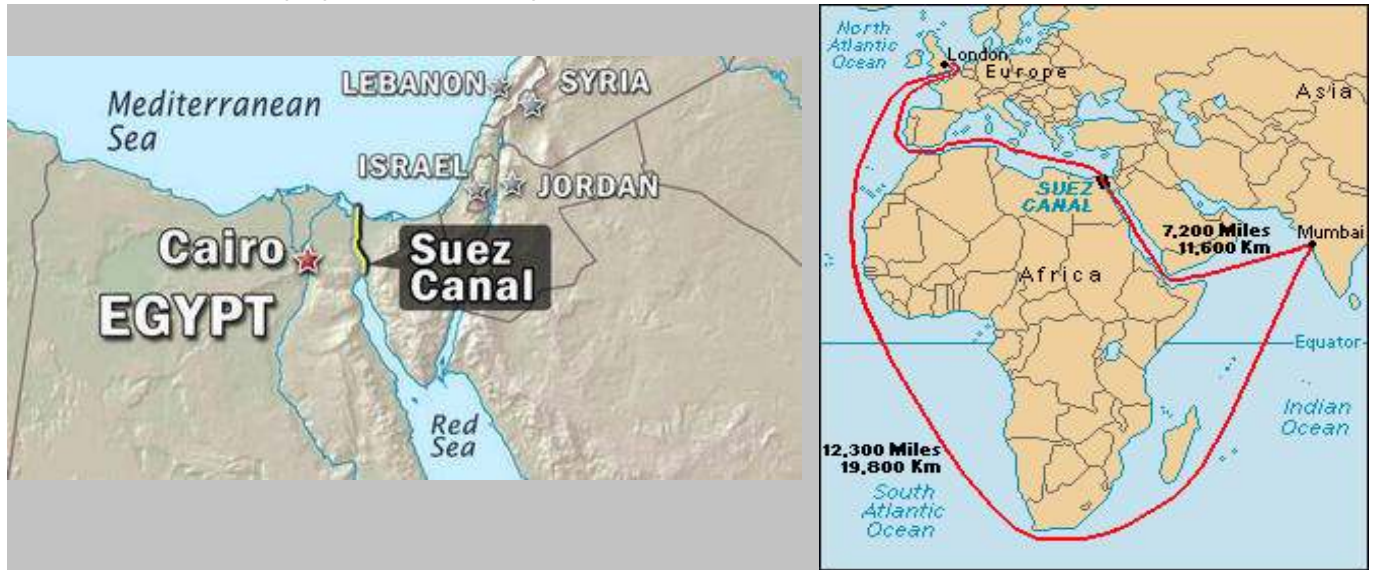


A origem do canal de Suez data do começo da XII Dinastia o faraó III (1878 a.C. - 1839 a.C.), uma ligação oeste-leste, unindo o Rio Nilo ao Mar Vermelho, para facilitar o comércio. Evidências indicam sua existência pelo menos no século XIII a.C. durante o reinado de Ramsés II. Mais tarde, entrou em decadência, e de acordo com o historiador grego Heródoto, o canal foi re-escavado por volta de 600 a.C. por Necho II.

O canal foi finalmente completado em cerca de 500 a.C. pelo rei Dario I, o conquistador persa do Egito e restaurado por Ptolomeu II Filadelfo por volta de 250 a.C. Nos 1000 anos seguintes ele seria sucessivamente modificado, destruído, e reconstruído, até ter sido totalmente abandonado no século VIII pelo califa

abássida Al-Mansur.

Na modernidade do desenvolvimento industrial, a companhia Suez de Ferdinand de Lesseps retoma a obra entre 1859 e 1869. No final dos trabalhos, Egito e a França, em uma das primeiras facetas do desenvolvimento desigual e combinado, tornam-se proprietários desta importante via de circulação.



Estima-se que 1,5 milhão de egípcios tenham participado da construção do canal e que 125 000 morreram, principalmente de cólera.

A dívida externa do Egito e o poder do império obrigou o país a vender sua parte do canal ao Reino Unido, que garantia assim sua rota para as Índias.

Com a partilha entre impérios durante a Primeira Guerra Mundial, os britânicos negociaram o Acordo Sykes-Picot, que dividia o Oriente Médio de modo a afastar a influência francesa do canal

O Acordo Sykes-Picot de 16 de maio de 1916 foi um ajuste secreto entre os governos do Reino Unido e da França que definiu as suas respectivas esferas de influência no Oriente Médio após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Os limites estabelecidos pelo acordo ainda permanecem na maior parte da fronteira comum entre a Síria e o Iraque.

O acordo foi negociado em novembro de 1915 pelo diplomata francês François Georges-Picot e pelo britânico Mark Sykes.

O Reino Unido recebeu o controle dos territórios correspondentes, *grosso modo*, à Jordânia e ao Iraque, bem como uma pequena área em torno de Haifa. A França ganhou o controle do sudeste da Turquia, da Síria, do Líbano e do norte do Iraque. As duas potências ficaram livres para definir as fronteiras dentro daquelas áreas.

A Palestina seria colocada sob administração internacional, aguardando consultas com a Rússia e outras potências.

Este acordo é visto por muitos como conflitante com a Correspondência Hussein-McMahon de 1915-1916. O conflito entre os dois acordos resulta do progresso da guerra: a correspondência refletia a necessidade de apoio árabe à Tríplice Entente, enquanto que o Acordo Sykes-Picot procurava recrutar o apoio dos judeus americanos para o esforço de trazer os EUA para a guerra ao lado da Entente, juntamente com a Declaração de Balfour de 1917.

O ajuste foi posteriormente ampliado para incluir a Itália e a Rússia. A primeira receberia algumas ilhas do Egeu e uma esfera de influência em torno de Izmir, no sudoeste da Anatólia, enquanto que a segunda ficaria com a Armênia e partes do Curdistão. A presença italiana na Anatólia e a divisão dos territórios árabes foram em seguida formalizadas pelo Tratado de Sèvres, de 1920.

Após a Revolução Russa de 1917, Lênin tornou pública uma cópia do Acordo Sykes-Picot (até então secreto), bem como outros tratados e se posicionou contrário a estes, o que causou constrangimento entre os aliados e crescente desconfiança entre os árabes.

O acordo é visto por muitos como um ponto de inflexão nas relações entre os árabes e o Ocidente, já que contrariava as promessas feitas aos árabes através de T. E. Lawrence, no sentido de criar-se uma nação em território sírio em troca de apoio aos esforços de guerra britânicos contra o Império Otomano.

Os principais termos do acordo foram confirmados pela Conferência inter-aliada de San Remo, em 19-26 de abril de 1920, e pelo Conselho da Sociedade das Nações em 24 de julho de 1922,



estabelecendo os mandatos britânico e francês correspondentes às áreas definidas pelo ajuste de 1916.

O primeiro Estado árabe a reconhecer o Estado de Israel

Acordos de Paz de Camp David, negociados com o presidente dos EUA, Jimmy Carter em Maryland (chamada *Camp David*) e assinados na Casa Branca pelo presidente egípcio Anwar Sadat (que já tinha como Vice Presidente Hosni Mubarak) e pelo Primeiro-Ministro Menachem Begin, de Israel, em 17 de Setembro de 1978, selaram um marco histórico no reconhecimento do Estado de Israel pelos árabes, incrementando uma nova relação com os EUA e uma boa discórdia entre os povos árabes.

A base da crise atual no Egito é a crise estrutural global

Hosni Mubarak, nascido em 1928, foi presidente do Egito desde outubro de 1981, depois do assassinato de Anwar Sadat, de quem foi vice. Marcou uma convivência e submissão ao império americano e uma relação de irmandade com Israel, governando estas três décadas com mãos de ferro em benefício das grandes corporações americanas e instrumento de multiplicação da política americana e israelense na região.

A economia do Egito cresceu a taxas relativamente altas nos últimos anos. Aos olhos dos economistas internacionais, a economia nacional

crescia mesmo no período da crise financeira global, a 4,7% em 2009, e 5% no ano passado, com previsão de PIB para este ano de 6%. O turismo é um forte motor da economia, propiciando modernos empreendimentos imobiliários, residenciais e comerciais, e uma crescente classe média.

Assim como as perspectivas favoráveis a uma marolinha no reflexo da crise financeira no Brasil, também o era no Egito. Mas as bases econômicas contrastam com a perspectiva de otimismo: O déficit do Egito é de cerca de 8% do PIB do país. A inflação alimentar está na faixa de 17% ao ano e a taxa geral de inflação é de 10%, o índice de desemprego do país seja de 25%.

De acordo com o Banco Mundial, cerca de 40% da população vive abaixo da linha da pobreza, com menos de US\$ 2 por dia. Estas pessoas dependem dos subsídios que o governo paga para os setores de alimentícios, combustíveis, entre outros, que aproximou da casa de US\$ 17 bilhões em 2010, (R\$ 28,5 bilhões).



Las masas egipcias tiraron abajo a Mubarak

publicação da Liga Comunista de los Trabajadores



Como parte de la crisis capitalista mundial se está dando una oleada revolucionaria democrática en los países árabes, cuyo punto de inflexión fue la revolución en Túnez en enero de este año. Casi un mes después, en Egipto las masas acaban de tiran abajo la dictadura de Hosni Mubarak. Se trata de un triunfo de las masas, de un triunfo parcial, pero de un triunfo al fin. Es indudable que las movilizaciones continuarán y aumentarán en muchos otros países cuyos dictadores tendrán menos márgenes políticos para reprimir.

En Egipto, después de 18 días de resistencia, y más de 300 muertos por la represión estatal, Mubarak tuvo que renunciar cediéndole al Ejército la tarea de llevar adelante la "transición democrática". Pero se trata del mismo Ejército que sostuvo a Mubarak durante 30 años, y anteriormente a otros dictadores como Sadat y Nasser por más de 50 años en total. Y fueron los que apoyaron y garantizaron la aplicación de todos los planes económicos que llevaron a la pobreza extrema a la inmensa mayoría de la población, concentrando la riqueza en una ínfima minoría burguesa. En definitiva, se trata de un ejército burgués cuyo cuerpo de oficiales es más que una mera burocracia militar, es socialmente burgués-imperialista, pero con una base de soldados y suboficiales ligados estrechamente al pueblo pobre, lo

que en definitiva impidió la represión pues la plana mayor, y el imperialismo, sabía que se corría el riesgo de una ruptura de sus estamentos bajos, y una verdadera revolución junto a la propia destrucción del ejército.

Los analistas burgueses insisten que estos procesos democráticos abiertos en el Magreb y en Egipto son tan importantes como la caída del Muro de Berlín de 1989. Lo que es totalmente falso, en principio porque el imperialismo quería la democracia burguesa en el Este Europeo y en la ex-URSS para lograr restaurar el capitalismo más rápido y capturar sus mercados, pero en los países árabes el imperialismo ya tiene el control de ellos; ya tienen sus mercados, sus fábricas y empresas de servicios. Si hoy los gobiernos norteamericanos y europeos se ven obligados a repositionarse, y dejar de apoyar tan descaradamente a las dictaduras, se debe a la lucha de clases, a la lucha de los obreros y trabajadores de los países árabes. Y allí está el punto contradictorio de la situación porque la lucha de clases obligó a la burguesía egipcia a dar mayores libertades cuando menos concesiones puede dar. Ni a la burguesía ni al imperialismo les interesa la democracia en los países árabes.

Por eso el Ejército egipcio no puede ser garante de ninguna transición democrática, porque la burguesía y

los oficiales son extremadamente conscientes de que el problema de fondo no es *de régimen* sino de condiciones sociales de vida de las masas, y que ésta revolución democrática abre las puertas aún más a las luchas obreras, campesinas y populares por conquistas sociales, en el marco de una crisis capitalista mundial. Ciertamente que Egipto está en una situación revolucionaria objetiva como señalaba Lenin cuando decía que ella se daba *cuando los de arriba no pueden seguir viviendo como hasta entonces y los de abajo no quieren seguir padeciendo más de la misma situación*. Por otra parte, tal transición democrática se complejiza porque el imperialismo norteamericano y europeo buscará por todos los medios que los futuros gobiernos egipcios garanticen la existencia del Estado genocida de Israel, y la represión y el confinamiento de los palestinos en Gaza.

En ese marco político y social es que se da esta revolución o rebelión democrática en Egipto, de allí que ninguna fracción burguesa ni el imperialismo plantea la necesidad de una Asamblea Constituyente, todos se limitan a las reformas constitucionales, dicen, para *realizar elecciones libres y justas*. Aunque no faltan algunos más papistas que el Papa, incluso algunos diciéndose marxistas, que plantean la consigna de Asamblea Constituyente para Egipto. El problema que tiene el levantar esta consigna es que los que la plantean no dicen quién es el que la va a llevar adelante desde el Estado, porque la realidad, no los esquemas sino la realidad, indica que son los militares -pro-imperialistas- los que conducen el proceso, entonces, de realizarse dicha Asamblea Constituyente no será ni libre ni soberana. Y, por otra parte la clase obrera no tiene fuertes partidos ya no para gobernar, sino hasta para participar con alguna trascendencia en una Asamblea Constituyente.

Sin embargo la renuncia de Mubarak se debió a que las movilizaciones no se desactivaban, y más aún, se debió a que la clase obrera comenzaba cada vez más a participar desde los sindicatos y autónomamente, con huelgas y movilizaciones, retomando las grandes jornadas de huelgas del 2009. No sólo fue determinante la clase obrera sino que sigue siendo la única alternativa positiva y democrática al proceso abierto.

En la nueva etapa que se abrió, en este proceso revolucionario con la renuncia de Mubarak, el eje central de la política de los socialistas revolucionarios debe estar en explicar pacientemente que es la clase obrera la que debe gobernar, que sólo la clase obrera en alianza con los campesinos pobres, puede garantizar una

Asamblea Constituyente libre y soberana que dé una nueva constitución a Egipto, favorable a los intereses de los explotados. La lucha por garantizar las libertades y las garantías democráticas no debe ir en contra de la lucha por el gobierno obrero y el socialismo, ni al revés. Ambas cuestiones están íntimamente ligadas.

Sobre la base de estos sindicatos y organizaciones campesinas, y de los líderes obreros y campesinos combativos surgidos del proceso revolucionario, es que todo grupo o partido marxista principista en Egipto debe levantar las consignas: "Por un Gobierno Obrero, Campesino y Popular"; "Ninguna confianza en los militares, los políticos burgueses laicos o religiosos"; "Libertad a los presos políticos"; "Por aumentos de salarios"; "Trabajo para todos"; "Comités de Lucha, auto-organización y piquetes de autodefensa"; "Por el desconocimiento del Estado de Israel"; "Fuera sionistas de Palestina"; "Ruptura de todos los pactos políticos y militares con el imperialismo".

En el proceso de esta lucha social y democrática abierta es que los marxistas deben construir el Partido Obrero Revolucionario, aprovechando todos los resquicios legales que la nueva relación de fuerzas brinda; pues sin construir una dirección revolucionaria la clase obrera no podrá gobernar -o enfrentar con éxito la represión que se prepara-, destruir al Estado burgués, expropiar a la burguesía y expandir la revolución a los países árabes que están en la misma o peor situación. En otras palabras, sin *Socialismo* no hay solución a los padecimientos y los problemas más importantes que tiene el proletariado árabe y mundial. Y para eso, no hay atajos: hay que construir el partido obrero revolucionario y la Internacional.

Viva la lucha de las masas egipcias y árabes Abajo los "demócratas" militares

Por un Gobierno Obrero y Campesino

Viva la revolución de las masas obreras y campesinas árabes y la conformación de una Federación Socialista de Repúblicas Árabes

Liga Comunista de los Trabajadores
12-02-2011

Bahrein



O Bahrein é um arquipélago de 35 ilhas e ilhotas cuja localização fica no Golfo Pérsico, a leste da Arábia Saudita e a noroeste do Qatar. Seu território tem uma área total de 750 km². Somente três ilhas são habitadas (Barein, Umm Nassam e Al Muharraq); sua densidade é cerca de 1189,5 hab./km².

A história de Bahrein é que as ilhas foram sempre compradas, vendidas e cobiçadas desde a antiguidade, devido a sua posição privilegiada na região do Golfo Pérsico. De 1521 a 1602, o país foi ocupado pelos portugueses; com a ajuda dos ingleses em 1602,

as ilhas foram tomadas pelo Império Persa, tornando-se uma base estratégica e militar muito importante; Ahmad bin Khalifa (príncipe da Arábia Saudita conquistou as ilhas em 1783; vários tratados forçados, feito no século XIX, determinaram que o arquipélago se transformasse num protetorado militar e comercial britânico; o Bahrein conseguiu novamente sua "independência" em 1971, saindo da situação colonial de protetorado ocupado militarmente para se transformar em emirado.

A população do Bahrein é de cerca de 791000 habitantes (estimativa de 2009). A maioria da população é xiita estimada em 70%, porém a família reinante Al Khalifa é sunita e até então era considerado um país estável com poucos conflitos religiosos entre as duas facções muçulmanas.

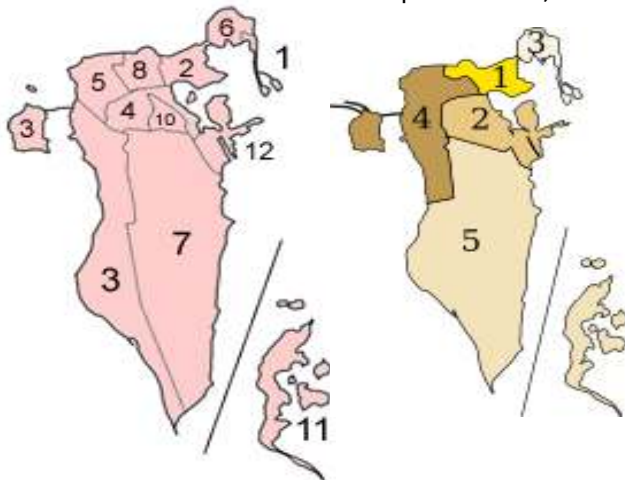
Indicadores sociais: o IDH de 2010 foi de 0,801 (considerado elevado); a expectativa média de vida é de 73,5 anos; a taxa de mortalidade infantil está em 11,2/mil nascimento e a taxa de alfabetização é de 86,8%.

O sistema político do Bahrein é monarquia absolutista com primeiro-ministro e um gabinete formado integralmente de acordo com os interesses do Monarca. O atual primeiro-ministro está no poder desde 1971, bem como a totalidade do gabinete são da família real. Esse sistema é fruto de uma constituição promulgada em 1973.

Os órgãos de poder são bicamerais, composto por um conselho consultivo e um conselho dos representantes do povo; não há equilíbrio político entre os dois conselhos, pois na prática o primeiro tem completa ascendência sobre o segundo, o que acaba gerando tensões entre a maioria da população que se



opõe ao regime monárquico e a minoria que o apóia. O Bahrein (em julho de 2002) encontrava-se dividido em doze municipalidades, administradas a partir da capital Manama; logo depois, essas se transformaram em cinco províncias (Capital Central Muharraq, Norte e Sul).



Em dezembro de 1981, um mês após a segunda reunião do Conselho de Cooperação do Golfo em Riade, xiitas treinados no Irã tentaram um golpe de estado; dos revoltosos, muitos foram capturados e entre eles, incluíam xiitas do Kwait e da Arábia Saudita. Foi devido a estes acontecimentos que em 1986 tratou-se de criar uma ponte que ligasse o Bahrein ao território saudita, financiada pelos sauditas, que acreditavam que no caso de uma emergência militar semelhante e que o Bahrein não pudesse conter, a guarda nacional saudita, poderia usar esta via para os apoiar.

A economia de Bahrein concentra-se na produção e no refino do petróleo, o que responde a aproximadamente por 60% das exportações, 60% dos rendimentos do governo local e 30% do PIB.

A rede de transporte e de comunicação é bastante desenvolvida, o que faz Bahrein sediar várias firmas multinacionais com negócios no Golfo.

Outros projetos industriais também estão em desenvolvimento nas áreas do cimento, alumínio e construção naval.

O desenvolvimento das atividades bancárias e comerciais transformou Bahrein em um dos principais centros financeiros do Oriente Médio.

Em 1932, foi descoberto petróleo em Awali (centro de Bahrein). A extração era controlada por petrolíferas norte-americanas; hoje, grande parte dessa extração é controlada e administrada pela BAPCO (Bahrein Petroleum Company); a extração de gás natural e petróleo adquiriram fundamental importância ao país, pois o arquipélago se tornou centro produtor e ponto de refinação e embarque do óleo cru vindo da Arábia Saudita que o envia por um oleoduto submarino.

Indicadores econômicos de 2008: 6,1% de crescimento do PIB; o PIB per capita foi de US\$ 37 200; o PIB por setor: agricultura 0,4%, indústria 66,2%, comércio e serviço 33,3%; a inflação neste ano foi de 7% e a força de trabalho ficou na casa dos 557 000;

a taxa de desemprego entre os jovens ficou em torno dos 15%.

Produto Interno Bruto (fonte 2008): US\$ 26,7 mil milhões.

Parcerias comerciais (fonte de 2008): Principais mercados Arábia Saudita 3,5%, Emirados Árabes Unidos 2,3%, Estados Unidos 1,9%.

Principais produtos exportados (fonte 2008): petróleo e derivados, alumínio, têxteis.

Principais produtos importados (fonte 2008): petróleo bruto, máquinas, produtos químicos.

Principais parceiros (fonte 2008): Arábia Saudita 27,5%, Japão 9,1%, Estados Unidos 8,1% e China 5,9%, Alemanha 5%, Reino Unido 4,6%.

Dívida externa (fonte 2008): US\$ 10,03 mil milhões.

Ajuda econômica recebida (fonte 2004): US\$ 103,9 milhões.

O Estado de Bahrein é parte integrante dos organismos internacionais como Liga Árabe, OMU e Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) e OPEP.

As principais necessidades humanas são atendidas, porém as instabilidades sociais são devido à presença cada vez maior de trabalhadores imigrantes e a pressão do setor xiita (submetido ao sunita).

Essas tensões levaram a algumas revoltas, violentamente reprimidas pelos monarcas, por parte dos xiitas que são quase metade da população deste pequeno sultanato, que é governado por uma dinastia sunita.

Na atual representação parlamentar do Conselho dos Representantes que se realizou em Fevereiro de 2007, mesmo com todas as restrições democráticas que os partidos da oposição detêm num país governado por uma monarquia absolutista, a oposição (composta pelos dezessete que compõem a bancada xiita representadas pelo partido al Wifaq oposicionista tradicional e mais um aliado independente sunita) têm dezoito representantes e a casa governante só pode contar com apenas sete representantes (os quatro sunitas do partido al Mustaqbal que é moderado e pró monarquia e os três independentes sunitas).

Os restantes estão divididos entre oito representantes do partido al Asala (sunitas salafitas ou tradicionalistas) e os sete do partido al Minbar (que é o ramo no Bahrein da Irmandade Muçulmana, embora não demonstrando oposição à casa reinante também não demonstram apoio, prosseguindo agendas próprias; os primeiros são críticos da abertura ao ocidente e das corrupções sociais promovidas pelos ocidentais bem como se opõem a quaisquer negócios e alianças comerciais com estes e os segundos promovem a sua agenda muito própria que não podemos considerar próxima das políticas pró-ocidentais dos governantes do Bahrein.

Em 14 de fevereiro de 2011 começaram uma série de protestos no país, em conformidade com os protestos do mundo árabe, a começar com o Egito em fins de 2010. Esses protestos são liderados pelos membros dos representantes do parlamento, juntamente com o povo, que se encontram descontente com o regime monárquico que está no poder desde a década de 1970.

Nesse sentido, o secretário geral do principal partido de oposição (Ali Salman) dirige-se aos manifestantes afirmando que o povo tem o direito de eleger seus governantes (ROUTERS 04/03). A exigência das eleições diretas é fruto de acordo internacional feita com o governo de Bahrein no passado.

Os monarcas ofereceram diálogo aos rebeldes, porém os principais grupos (seis) de oposição exigem a renúncia do governo mesmo antes de participar de qualquer negociação. As exigências foram redigidas e assinadas pelos seis grupos de opositores xiitas, esquerdistas e pan-árabes em carta dirigida ao príncipe monarca, afirmando a libertação dos presos políticos (mais de 450), a garantia por parte das autoridades da segurança dos manifestantes reunidos na praça Lulu, criação de empregos, construção de casas populares, o estabelecimento de um parlamento mais representativo, uma nova constituição e um novo governo que não inclua o atual primeiro-ministro (no cargo há mais de 40 anos), além do julgamento dos responsáveis por sete mortes de manifestantes.

A destituição do atual parlamento, a suspensão da constituição e a decisão sobre a adoção de um referendo são os desacordos entre os integrantes da oposição.

O CCG é formado pela Arábia Saudita, pelos Emirados Árabes Unidos, por Omã, Qatar e Kuwait; estes deram

total apoio no plano político, econômico, de segurança e de defesa ao governo do Bahrein, afirmando que a nossa segurança é uma responsabilidade coletiva e está fora de questão aceitar ingerência externa.

Nesse sentido, os conflitos internos do Bahrein caminham para uma situação de calmaria por mais algum tempo, como forma de manutenção do atual regime político. A repressão militar, o total apoio ao governo do Bahrein do Conselho de Cooperação do Golfo e os desacordos entre os grupos de oposição, além da libertação de 23 presos políticos militantes xiitas que se beneficiaram de perdão real e a retirada do exército das ruas de Manama e a substituição por forças policiais são os principais motivos para uma rápida acomodação social no país.

A retirada do exército das ruas foi um dos principais acordos entre a oposição e o príncipe real.

Essa conclusão tem a ver com o comunicado da agência AFP, onde sete grupos da oposição, incluindo a Wefaq, apelaram aos manifestantes que "continuem a expressar suas reivindicações de modo civilizado e pacífico" e, mais:

Para a correspondente da BBC em Washington Kim Ghattas, o levante no Bahrein preocupa mais o governo americano do que os protestos no Egito, por conta da maioria xiita no país, com suas possíveis ligações com o Irã. Continua: os Estados Unidos temem uma Crescente influência regional do Irã e vê reinos governados pelos sunitas como o Bahrein e a Arábia Saudita como um contrapeso importante à influência iraniana.

Algumas conclusões gerais

A situação no Continente Africano e no mundo árabe combina dominação colonial e atraso. Combina aspectos do mundo moderno com a pré-história, combina



regimes tribais com a presença do Estado "Nacional" submetido, preparado e a serviço das grandes corporações imperialistas. Combina o que há de mais elevado de desenvolvimento capitalista, desde os aspectos tecnológicos e as formas de exploração, com os regimes tribais com forte apego à religiosidade, principalmente o Islamismo.

Parece contraditório esta convivência secular de dominação, levando em conta o desenvolvimento da humanidade para a própria humanidade. Mas, para a exploração capitalista, trata-se de uma lei. Atraso e dominação imperialista se complementam. O grande desafio para o imperialismo hoje, é a cooptação ou a imposição de governos submissos, não importa se de ditadura ou corruptos, de preferência sob o signo da democracia formal, que em si já carrega o germe da corrupção e da exploração de classes. De fato, o grande capital e o mundo capitalista no estágio avançado de crise estrutural, de superprodução, necessita de desenvolvimento, dos mercados internos abertos e livres para a exploração (na produção) e na desova de mercadorias. Uma população em regime de atraso absoluto, como no escravagismo pós capitalista que se desenvolveu na América (Brasil até a tal da Lei Áurea de 13 de maio de 1888), que extinguiu a escravidão no Brasil por imposição do imperialismo inglês, o qual necessitava desovar mercadorias e para isto, o trabalho assalariado e as relações capitalistas modernas (trabalho "livre", assalariado ou campones em regime familiar) reuniria as condições de poder de compra e a intergração a modernidade do capital.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é a suprema condição da exploração capitalista, do imperialismo (fase superior do capitalismo) e exatamente combina atraso e a última conquista técnica alcançada na atualidade pelas corporações imperialistas.

Na atualidade, o grande capital necessita de entretecer democracia formal e fascismo ou pré-fascismo como intrínsecos ao Estado moderno do capitalismo que se barbariza.

O movimento proletário mundial há que se agrupar, se temperar e se fundir neste caldeirão de luta de classes, retomar o fio do prumo teórico e prático dos ensinamentos do materialismo histórico e dialético rumo à organização do proletariado como classe, em partidos operários independentes como seção de uma poderosa organização mundial, capaz de levantar e se colocar à altura dos levantes e das necessidades históricas dos oprimidos do mundo. Sem a presença deste fator subjetivo comunista, calcado na propriedade coletiva dos meios de produção, não sairemos dos marcos da barbárie em adiantado estágio de desenvolvimento.

A construção de Partidos Operários independentes como seção do Partido mundial da revolução socialista se constitui na ferramenta inicial em prol das Repúblicas Soviéticas e Socialistas do Continente Africano e dos povos Árabes.

Proletários de todos os países, unidos!

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

O que fazer e por onde começar

- Externa 03-04-2011 das 9:00 às 13:00 hs.

Pistrak Fundamento da Escola do Trabalho

- Externa 29 de maio, 2011 das 9:00 às 13:00 hs.

Local: Associação OESTE, Rua Maria Aparecida
nº 50, Vila Nova Conceição, Diadema.

proletarios@proletariosmarxistas.com
www.proletariosmarxistas.com

Contatos Jornal O Proletário: Caixa postal nº 140 - CEP 09910-970, Diadema - São Paulo